

Exame Final Nacional de Filosofia

Prova 714 | 2.^a Fase | Ensino Secundário | 2025

11.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho | Decreto-Lei n.º 62/2023, de 25 de julho

Duração da Prova: 120 minutos. | Tolerância: 30 minutos.

7 Páginas

VERSÃO 1

A prova inclui 12 itens, devidamente identificados no enunciado, cujas respostas contribuem obrigatoriamente para a classificação final. Dos restantes 6 itens da prova, apenas contribuem para a classificação final os 4 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.

Assinale a versão da prova.

Não é permitido dobrar as folhas de respostas.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Apresente apenas uma resposta para cada item. Se o espaço reservado não for suficiente, pode utilizar as três últimas páginas, identificando claramente o item a que se refere a resposta.

Se for necessário, pode ainda solicitar outra folha de respostas, identificando claramente o item a que se refere a resposta.

Só é permitido escrever nos locais reservados para o efeito.

Só é permitido assinalar opções nos locais reservados para o efeito.

Assinale a opção correta, preenchendo totalmente o círculo.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

* 1. Duas proposições que sejam a negação uma da outra

- (A) podem ser ambas falsas, mas não podem ser ambas verdadeiras.
- (B) não podem ser ambas falsas nem ambas verdadeiras.
- (C) não podem ser ambas falsas, mas podem ser ambas verdadeiras.
- (D) podem ser quer ambas falsas quer ambas verdadeiras.

2. Selecione a opção que apresenta uma falácia da **falsa relação causal**.

- (A) Marquei os dois golos da nossa vitória neste jogo, porque entrei no relvado com o pé direito.
- (B) Deixei de acreditar que certos objetos dão sorte, porque a professora de Química disse que isso é uma superstição.
- (C) A Joana venceu as partidas anteriores do torneio de ténis e, por isso, vencerá a partida de amanhã.
- (D) O Rui pensa que encontrar um trevo de quatro folhas dá sorte e, por isso, as opiniões dele nunca são para levar a sério.

3. Considere o diálogo seguinte.

Miguel – A minha filha está magoada comigo, porque eu, sem lhe dizer nada, fui ver as mensagens que tinha no telemóvel. Não tem motivo para estar magoada! Embora ela já não seja uma criança, é meu dever de pai saber o que se passa com ela.

Sara – Miguel, sou tua amiga há muitos anos, mas não posso ficar do teu lado neste assunto. Se respeitas a tua filha, que já não é uma criança, certamente reconheces o seu direito à privacidade. Isto parece-me óbvio! Ora, se reconheces tal direito, deves parar de ler as mensagens dela sem autorização. Por isso, se respeitas a tua filha, como eu sei que respeitas, deves deixar de ler as mensagens dela sem que ela to permita.

O argumento que a Sara apresenta para convencer o Miguel é

- (A) um *modus tollens*.
- (B) um *modus ponens*.
- (C) um silogismo disjuntivo.
- (D) um silogismo hipotético.

* 4. Admita-se que o argumento seguinte é formado por proposições verdadeiras.

Mill defendeu o princípio da utilidade e foi deputado no parlamento inglês.

Uma distribuição do rendimento e da riqueza respeita o princípio da utilidade se for a que mais promove a felicidade geral.

Logo, Mill defendeu as classes trabalhadoras no parlamento inglês.

Este argumento

- (A) é sólido, pois a defesa das classes trabalhadoras segue-se da defesa do princípio da utilidade.
- (B) não é sólido, pois a segunda premissa, ainda que verdadeira, não refere a felicidade de todos os trabalhadores.
- (C) é sólido, pois a conclusão é coerente com o princípio fundamental da ética defendida por Mill.
- (D) não é sólido, pois a conclusão de que Mill defendeu as classes trabalhadoras não se segue das premissas.

* 5. Tanto os deterministas moderados como os libertistas aceitam a tese de que

- (A) tudo está determinado.
- (B) nem tudo está determinado.
- (C) algumas ações são livres.
- (D) todas as ações são livres.

6. A Raquel foi ao hospital da sua região para dar sangue.

Alguém que, sem necessitar de mais informações, considerasse que a Raquel não agiu livremente subscreveria

- (A) o determinismo moderado.
- (B) o determinismo radical.
- (C) o compatibilismo.
- (D) o libertismo.

7. Considere o texto seguinte, retirado de uma obra de Kuhn.

A história [...] pode produzir uma transformação decisiva na imagem que hoje temos da ciência. [...]

A _____ diz respeito à investigação firmemente baseada numa ou mais realizações científicas passadas, realizações essas que _____ reconhece, durante algum tempo, como base do trabalho que realiza.

T. Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Lisboa, Guerra & Paz, 2009, pp. 19, 31. (Texto adaptado)

Selecione a opção em que se apresentam, por ordem, as expressões que permitem completar adequadamente os espaços deixados em branco no texto.

- (A) ciência normal; uma certa comunidade científica
- (B) ciência extraordinária; uma certa comunidade científica
- (C) ciência normal; um cientista influente
- (D) ciência extraordinária; um cientista influente

8. De acordo com a perspectiva formalista da arte, um objeto é arte se e só se tiver forma significativa.

A forma de um objeto é significativa quando ela é capaz de

- (A) representar algo belo.
- (B) significar algo preciso.
- (C) causar emoção estética.
- (D) causar emoções particulares.

* 9. De acordo com a definição histórica de arte, qualquer objeto pode ser arte na condição de

- (A) o seu titular querer que seja encarado do mesmo modo que obras de arte preexistentes.
- (B) ser proposto por artistas e especialistas em arte como candidato a apreciação.
- (C) contribuir para uma melhor compreensão da história de uma dada cultura ou época.
- (D) ter as propriedades intrínsecas necessárias para ser integrado na história da arte.

10. Considere o texto seguinte.

A pessoa que escolhe trabalhar mais tempo para ter um rendimento que vá além do suficiente para satisfazer as suas necessidades básicas prefere alguns bens ou serviços adicionais ao lazer e às atividades que poderia realizar durante as horas de descanso de que dispõe, ao passo que a pessoa que escolhe não ter horas de trabalho extraordinário prefere as atividades de lazer aos bens ou serviços adicionais que poderia adquirir se trabalhasse mais tempo. Deste modo, se seria ilegítimo que um sistema fiscal se apropriasse de uma parte do tempo de lazer de uma pessoa (trabalho forçado) com o objetivo de servir os necessitados, como pode ser legítimo que um sistema fiscal se aproprie de uma parte dos bens de uma pessoa com esse mesmo objetivo?

R. Nozick, *Anarquia, Estado e Utopia*, Lisboa, Edições 70, 2009, p. 214. (Texto adaptado)

No texto, Nozick argumenta

- (A) contra as políticas de redistribuição da riqueza, considerando que a preferência pelo lazer e pelo descanso é moralmente reprovável.
- (B) a favor das políticas de redistribuição da riqueza, considerando que a preferência pelo lazer e pelo descanso não é moralmente reprovável.
- (C) contra as políticas de redistribuição da riqueza, considerando que estas desrespeitam os direitos invioláveis das pessoas.
- (D) a favor das políticas de redistribuição da riqueza, considerando que estas asseguram os direitos invioláveis das pessoas.

* 11. Qual é a função atribuída por Rawls ao véu de ignorância?

* 12. Segundo Hume, podemos dividir as percepções da mente em duas espécies, as impressões e as ideias.
Distinga, de acordo com Hume, impressões de ideias.

* 13. Pensava Hume que o nosso conhecimento da natureza é um conhecimento de verdades necessárias?
Justifique a sua resposta.
Na sua justificação, recorra a, pelo menos, um exemplo de conhecimento da natureza.

- * 14. Será que a dúvida cartesiana é um método adequado para encontrar um fundamento do conhecimento?

Na sua resposta, deve

- apresentar inequivocamente a sua posição;
- argumentar a favor da sua posição.

- * 15. Muitas pessoas consideram que a objetividade é uma característica fundamental da ciência, mas também há quem entenda que a ciência nem sempre é objetiva.

Será a ciência objetiva?

Na sua resposta, deve

- apresentar inequivocamente a sua posição;
- argumentar a favor da sua posição.

- * 16. Considere o texto seguinte, no qual Leibniz procura responder ao problema do mal.

Deus criou as coisas com perfeição máxima, embora nós não o percebamos quando consideramos as partes do universo. Pode comparar-se ao que ocorre na música e na pintura, em que as sombras e as dissonâncias verdadeiramente enriquecem as outras partes, e o autor competente de tais obras obtém destas imperfeições particulares uma tão grande vantagem para a perfeição total da obra que, em vez de passar sem elas, prefere integrá-las na obra. [...] Deus não teria permitido o pecado, nem teria criado seres que sabe que irão pecar, se não pudesse obter das imperfeições um bem incomparavelmente maior do que o mal daí resultante.

G. W. Leibniz, *Diálogo sobre a Liberdade Humana e a Origem do Mal*, in *Philosophical Essays*, Indianapolis, Hackett, 1989, p. 115. (Texto traduzido)

Que argumento poderia ser apresentado contra a solução de Leibniz para o problema do mal?

Na sua resposta, deve

- formular o problema do mal;
- clarificar a solução apresentada por Leibniz para esse problema;
- propor um argumento contra a solução de Leibniz.

- * 17. A ética de Mill não promove o egoísmo.

Justifique a afirmação anterior.

*** 18.** Considere o texto seguinte.

Um dos mais importantes argumentos contra o objetivismo em ética é que as pessoas discordam profundamente sobre o correto e o incorreto, e esta discordância abrange os filósofos [...]. Se [até] grandes pensadores como Immanuel Kant ou Jeremy Bentham discordam quanto ao que devemos fazer, poderá mesmo haver alguma resposta objetivamente verdadeira a esta pergunta? [...]

No entanto, diversos autores rejeitam esta linha de argumentação.

P. Singer, *Ética no Mundo Real*, Edições 70, Lisboa, 2024, p. 31. (Texto adaptado)

Na sua opinião, o argumento referido no texto justifica a rejeição do objetivismo em ética?

Na sua resposta, deve

- clarificar o problema proposto;
- apresentar inequivocamente a sua posição;
- argumentar a favor da sua posição.

FIM

COTAÇÕES

As pontuações obtidas nas respostas a estes 12 itens da prova contribuem obrigatoriamente para a classificação final.	1.	4.	5.	9.	11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	Subtotal
Cotação (em pontos)	11	11	11	11	14	14	14	14	14	14	14	14	156
Destes 6 itens, contribuem para a classificação final da prova os 4 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.	2.	3.	6.	7.	8.	10.	Subtotal						
Cotação (em pontos)	4 × 11 pontos												44
TOTAL													200

Prova 714

2.^a Fase

VERSÃO 1

Exame Final Nacional de Filosofia

Prova 714 | 2.ª Fase | Ensino Secundário | 2025

11.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho | Decreto-Lei n.º 62/2023, de 25 de julho

Critérios de Classificação

16 Páginas

CRITÉRIOS GERAIS DE CLASSIFICAÇÃO

A classificação a atribuir a cada resposta resulta da aplicação dos critérios gerais e dos critérios específicos apresentados para cada item e é expressa por um número inteiro.

A ausência de indicação inequívoca da versão da prova implica a classificação com zero pontos das respostas aos itens de escolha múltipla.

As respostas ilegíveis ou que não possam ser claramente identificadas são classificadas com zero pontos.

Em caso de omissão ou de engano na identificação de uma resposta, esta pode ser classificada se for possível identificar inequivocamente o item a que diz respeito.

Se for apresentada mais do que uma resposta ao mesmo item, só é classificada a resposta que surgir em primeiro lugar.

ITENS DE SELEÇÃO

Nos itens de escolha múltipla, a pontuação só é atribuída às respostas que apresentem de forma inequívoca a opção correta. Todas as outras respostas são classificadas com zero pontos.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, a transcrição do texto da opção escolhida é considerada equivalente à indicação da letra correspondente.

ITENS DE CONSTRUÇÃO

Nos itens de resposta restrita e nos itens de resposta extensa, os critérios de classificação podem apresentar-se organizados apenas por níveis de desempenho ou por parâmetros com os respetivos níveis de desempenho.

A cada nível de desempenho corresponde uma dada pontuação. Se permanecerem dúvidas quanto ao nível a atribuir, deve optar-se pelo nível mais elevado de entre os dois tidos em consideração. Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho é classificada com zero pontos.

Nos itens cujos critérios de classificação se apresentam organizados por parâmetros com os respetivos níveis de desempenho, a classificação a atribuir à resposta resulta da soma das pontuações atribuídas aos diferentes parâmetros.

Os itens que requerem competências de problematização e de argumentação ou apenas de argumentação podem incluir o parâmetro Comunicação. A resposta é classificada com zero pontos neste parâmetro se não for atingido o nível 1 de desempenho em, pelo menos, um dos outros parâmetros.

As respostas que não apresentem os termos ou as interpretações constantes nos critérios específicos são classificadas em igualdade de circunstâncias com aquelas que os apresentem, desde que o seu conteúdo seja cientificamente válido, adequado ao solicitado e enquadrado pelos documentos curriculares de referência.

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE CLASSIFICAÇÃO

Item	Versão 1	Versão 2	Pontuação
1.	(B)	(A)	11
2.	(A)	(A)	11
3.	(D)	(C)	11
4.	(D)	(B)	11
5.	(C)	(A)	11
6.	(B)	(D)	11
7.	(A)	(D)	11
8.	(C)	(B)	11
9.	(A)	(C)	11
10	(C)	(C)	11

11. 14 pontos

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Descrição da função atribuída por Rawls ao véu de ignorância:

- a escolha dos princípios de justiça (que determinam a distribuição correta dos bens sociais primários) deve ser feita de modo imparcial (OU a definição da estrutura básica da sociedade deve ser feita de modo imparcial);
- para que a escolha dos princípios de justiça (OU a definição da estrutura básica da sociedade) seja imparcial, as partes (contratantes) não podem ter acesso a informação sobre os factos particulares das pessoas que representam (tais como os seus interesses e inclinações, os seus talentos ou a sua posição social);
- caso tivessem acesso a essa informação, as partes tenderiam a escolher princípios que as favorecessem;
- o véu de ignorância tem a função de impedir que as partes tenham acesso a essa informação, sendo, por isso, um aspeto essencial da posição original (hipotética), na qual se estabelece o contrato sobre os princípios de justiça (OU a partir da qual se estabelece o contrato relativo à estrutura básica da sociedade).

Nota – Caso seja incorretamente indicado que as partes não sabem quais são os bens sociais primários, ou que as partes não sabem que as pessoas que representam têm diferentes concepções do bem, a resposta não poderá ser enquadrada no nível 3 de desempenho.

Nível	Descritor de desempenho	Pontuação
3	Descreve, de modo completo e preciso, a função atribuída por Rawls ao véu de ignorância.	14
2	Descreve, de modo completo, mas com imprecisões OU de modo preciso, mas incompleto, a função atribuída por Rawls ao véu de ignorância.	9
1	Descreve, de modo incompleto e com imprecisões, a função atribuída por Rawls ao véu de ignorância.	4

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Distinção entre impressões e ideias:

- as impressões são as percepções que ocorrem quando, por exemplo, vemos, ouvimos, desejamos, receamos ou amamos (OU as impressões são as percepções provenientes da sensibilidade externa e interna);
- as ideias são as percepções que ocorrem quando, por exemplo, recordamos, imaginamos ou refletimos (OU as ideias, ou pensamentos, são as percepções decorrentes de as sensações ou os sentimentos indicados serem trazidos à mente pela memória, pela imaginação ou pela reflexão);
- as impressões distinguem-se das ideias por serem mais intensas e vivas do que estas;
- as ideias são cópias das impressões (e até as ideias mais complexas e abstratas se resolvem em ideias simples, cuja origem são impressões).

Nota – Os aspetos apresentados seguem a *Investigação sobre o Entendimento Humano*, de David Hume.

Nível	Descritor de desempenho	Pontuação
3	Distingue, de modo completo e preciso, impressões de ideias.	14
2	Distingue, de modo completo, mas com imprecisões OU de modo preciso, mas incompleto, impressões de ideias.	9
1	Distingue, de modo incompleto e com imprecisões, impressões de ideias. OU Caracteriza, de modo completo e preciso, apenas as impressões ou apenas as ideias.	4

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Indicação da posição de Hume acerca do nosso conhecimento da natureza:

- o nosso conhecimento da natureza não é um conhecimento de verdades necessárias.

Justificação:

- Hume considera que o conhecimento é sobre relações de ideias ou é sobre questões de facto, e as verdades sobre relações de ideias são verdades necessárias, enquanto as verdades sobre questões de facto são verdades contingentes;
- de acordo com Hume, a diferença entre verdades necessárias (OU verdades sobre relações de ideias) e verdades contingentes (OU verdades sobre questões de facto) está em ser possível negar uma verdade contingente sem que tal negação seja uma contradição (por exemplo, negar a verdade factual, ou empírica, de que *no dia 1 de novembro de 1755, na cidade de Lisboa, ocorreu um terramoto seguido de maremoto* não é fazer uma afirmação contraditória, pois, apesar de ser verdade que isso aconteceu, isso poderia não ter acontecido OU é possível conceber que isso não tivesse acontecido), ao passo que a negação de uma verdade necessária é uma contradição (por exemplo, negar a verdade conceptual, ou analítica, de que *os pentágonos têm cinco ângulos* é fazer uma afirmação contraditória, pois o conceito de pentágono inclui o de ter cinco ângulos OU é impossível conceber um pentágono sem cinco ângulos);
- sendo o conhecimento da natureza sobre questões de facto, tais como as proposições de que *o Sol nascerá amanhã* ou de que *o pão alimenta*, tal conhecimento é apenas de verdades contingentes (e não de verdades necessárias).

OU

- sabemos que *o Sol nascerá amanhã* e que *o pão alimenta*, mas conseguimos conceber que *o Sol não nasça amanhã* ou que *o pão envenene, em vez de alimentar* (e não seria impossível que *o Sol não nascesse amanhã* ou que *o pão envenenasse, em vez de alimentar*);
- a negação destas proposições (de que *o Sol nascerá amanhã* e de que *o pão alimenta*) não envolve qualquer contradição e, segundo Hume, é a experiência que nos leva a acreditar que *o Sol nascerá amanhã* e que *o pão alimenta*;
- de acordo com Hume, proposições deste tipo (cuja negação podemos conceber, ou seja, cuja negação não exprime algo impossível) são verdades contingentes (isto é, verdades factuais ou empíricas), e não verdades necessárias (isto é, verdades conceptuais ou analíticas).

Nível	Descritor de desempenho	Pontuação
4	Indica corretamente a posição de Hume. Justifica, de modo completo e preciso, que o nosso conhecimento da natureza não seja um conhecimento de verdades necessárias, recorrendo a, pelo menos, um exemplo.	14
3	Indica corretamente a posição de Hume. Justifica, de modo completo, mas com imprecisões OU de modo preciso, mas incompleto, que o nosso conhecimento da natureza não seja um conhecimento de verdades necessárias, recorrendo a, pelo menos, um exemplo. OU Indica corretamente a posição de Hume. Justifica, de modo completo e preciso, mas sem recorrer a um exemplo, que o nosso conhecimento da natureza não seja um conhecimento de verdades necessárias.	11
2	Indica corretamente a posição de Hume. Justifica, de modo incompleto e com imprecisões, que o nosso conhecimento da natureza não seja um conhecimento de verdades necessárias, recorrendo a, pelo menos, um exemplo. OU Indica corretamente a posição de Hume. Justifica, de modo completo, mas com imprecisões OU de modo preciso, mas incompleto, e sem recorrer a um exemplo, que o nosso conhecimento da natureza não seja um conhecimento de verdades necessárias.	8
1	Indica corretamente a posição de Hume. Justifica, de modo incompleto e com imprecisões, e sem recorrer a um exemplo, que o nosso conhecimento da natureza não seja um conhecimento de verdades necessárias. OU Apenas refere corretamente aspetos relevantes da posição de Hume em relação ao nosso conhecimento da natureza (por exemplo, caracteriza as questões de facto), sem indicar que o nosso conhecimento da natureza não é um conhecimento de verdades necessárias, ou afirmando, incorretamente, que o nosso conhecimento da natureza é um conhecimento de verdades necessárias.	4

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Apresentação inequívoca da posição defendida.

Justificação da posição defendida – cenários de resposta:

No caso de o examinando defender que a dúvida cartesiana é um método adequado para encontrar o fundamento do conhecimento

- a dúvida cartesiana tem o propósito de encontrar alguma crença indubitável, que bloqueie os argumentos céticos e que possa servir de fundamento ao conhecimento;
- para que uma crença seja indubitável, ela tem de resistir às mais severas tentativas de a pôr em causa (OU derrubar);
- os argumentos que Descartes apresenta – das ilusões percetivas, do sonho, do génio maligno (ou deus enganador) –, em conjunto, põem todas as crenças em causa, exceto a de que ele é um ser pensante (OU exceto o *cogito*);
- uma vez que esta crença resiste a qualquer argumento cético, Descartes toma-a como o fundamento inabalável e firme que procurava;
- o exame dessa crença oferece ainda um critério – o da clareza e distinção – para reconhecer as crenças que são verdadeiras (e que, assim, são conhecimento).

No caso de o examinando defender que a dúvida cartesiana não é um método adequado para encontrar o fundamento do conhecimento

- a dúvida cartesiana tem o propósito de encontrar crenças indubitáveis, que possam servir de fundamento ao conhecimento;
- os argumentos que Descartes apresenta – das ilusões percetivas, do sonho, do génio maligno (ou deus enganador) – abalarão, se a dúvida fosse praticável, quer as nossas crenças quer as nossas faculdades, resistindo apenas, eventualmente, a certeza de que «penso, logo existo» (OU o *cogito*);
- caso o estado de dúvida alcançado fosse praticável (OU caso a dúvida fosse autêntica), seria impossível recorrer às faculdades de que duvidamos para sair do estado de dúvida, ou seja, a dúvida seria incurável;
- a regra da clareza e distinção – extraída do *cogito*, segundo Descartes – seria bloqueada pela hipótese do génio maligno (OU deus enganador), pois tal entidade poderia fazer-nos reconhecer como claro e distinto aquilo que o não é;
- ainda que o *cogito* resista a qualquer argumento cético e, nessa medida, seja uma crença indubitável, não poderia ser o fundamento inabalável e firme que Descartes procura.

Nota – Os aspetos constantes nos cenários de resposta apresentados são apenas ilustrativos, não esgotando o espectro de respostas adequadas possíveis.

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas a cada um dos parâmetros seguintes.			
A – Argumentação a favor de uma posição pessoal			8 pontos
B – Adequação conceptual e teórica			4 pontos
C – Comunicação			2 pontos
Parâmetro	Nível	Descritor de desempenho	Pontuação
A Argumentação a favor de uma posição pessoal	3	Apresenta inequivocamente a posição defendida. Evidencia competências argumentativas: • apresenta, com clareza e correção, argumentos persuasivos, razões ponderosas ou exemplos adequados e plausíveis a favor da posição defendida, ou contra posições rivais da defendida; • articula adequadamente os argumentos, as razões ou os exemplos apresentados.	8
	2	Apresenta inequivocamente a posição defendida. Evidencia competências argumentativas: • apresenta, com imprecisões, argumentos persuasivos, razões ponderosas ou exemplos adequados e plausíveis a favor da posição defendida, ou contra posições rivais da defendida; • elenca os argumentos, as razões ou os exemplos, sem os articular adequadamente.	5
	1	Apresenta a posição defendida, ainda que de modo implícito. Evidencia uma intenção argumentativa, mas os argumentos ou as razões apresentados a favor da posição defendida, ou contra posições rivais da defendida, são fracos ou claramente falaciosos, ou os exemplos selecionados são inadequados.	2
B Adequação conceptual e teórica	2	Aplica corretamente conceitos relevantes para a discussão do problema. Mobiliza, de modo preciso, (uma) perspetiva(s) teórica(s) adequada(s) à discussão do problema.	4
	1	Aplica, com imprecisões, conceitos relevantes para a discussão do problema. Mobiliza, com imprecisões, (uma) perspetiva(s) teórica(s) adequada(s) à discussão do problema.	2
C Comunicação	2	Apresenta um discurso estruturado e fluente. Escreve de forma globalmente correta, podendo apresentar falhas pontuais que não comprometem a clareza da comunicação.	2
	1	Apresenta um discurso com falhas na estruturação ou pouco fluente. Escreve de forma globalmente correta, podendo apresentar falhas pontuais que não comprometem a clareza da comunicação.	1

Nota – A resposta é classificada com zero pontos no parâmetro C – Comunicação se não for atingido o nível 1 de desempenho em, pelo menos, um dos outros parâmetros.

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Apresentação inequívoca de uma posição pessoal.

Justificação da posição defendida – cenários de resposta:

No caso de o examinando defender que a ciência é objetiva

- a ciência desenvolve teorias explicativas da realidade, recorrendo a métodos fiáveis, que permitem eliminar as teorias falsas;
- o elemento central de tais métodos são os testes empíricos, destinados a confrontar as teorias propostas com a realidade que pretendem explicar (OU o elemento central de tais métodos é a crítica empiricamente sustentada);
- quando as teorias sobrevivem aos testes empíricos, é possível dizer que foram corroboradas pelos testes e que, no estado atual da ciência, são objetivamente as melhores teorias de que dispomos;
- a objetividade da ciência depende do método, mais exatamente, do rigor dos testes empíricos, e os testes podem ser compreendidos e repetidos por diferentes cientistas, o que permite evitar (ou até suprimir) a interferência de eventuais fatores subjetivos.

OU

- a ciência desenvolve teorias explicativas da realidade, recorrendo a métodos fiáveis, que permitem confirmar experimentalmente as teorias (OU que permitem determinar a probabilidade de as teorias serem verdadeiras);
- o elemento central de tais métodos são os testes empíricos, destinados a recolher dados observacionais que deem apoio indutivo à teoria;
- a confirmação das teorias depende, entre outros fatores, do número de testes favoráveis realizados e da exatidão dos resultados experimentais obtidos (OU quanto mais testes favoráveis forem realizados e quanto mais exatos forem os resultados experimentais obtidos, tanto mais elevada é a probabilidade de a teoria ser verdadeira);
- a determinação do grau de confirmação de uma teoria (OU a determinação da probabilidade de uma teoria ser verdadeira) depende exclusivamente de testes que podem ser compreendidos e repetidos por diferentes cientistas, o que permite evitar (ou até suprimir) a interferência de eventuais fatores subjetivos.

No caso de o examinando defender que a ciência não é inteiramente objetiva

- embora a comunidade científica disponha de métodos que incluem testes empíricos, esses métodos (e a interpretação dos resultados da sua aplicação) dependem do paradigma vigente;
- o paradigma funciona como uma chave interpretativa de tudo o que se observa: o que existe, que fenómenos são relevantes, que significado atribuir aos fenómenos, que testes fazer, como interpretar os resultados dos testes;
- além disso, os fatores subjetivos dos cientistas interferem na escolha científica OU nunca são inteiramente afastados;
- quando um paradigma, perante anomalias persistentes, se mostra inadequado, pode ser substituído por outro, mas não é possível comparar objetivamente os dois paradigmas nem, por conseguinte, dizer que o novo paradigma representa objetivamente um progresso em relação ao anterior.

Nota – Os aspetos constantes dos cenários de resposta apresentados são apenas ilustrativos, não esgotando o espectro de respostas adequadas possíveis.

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas a cada um dos parâmetros seguintes.			
A – Argumentação a favor de uma posição pessoal			8 pontos
B – Adequação conceptual e teórica			4 pontos
C – Comunicação			2 pontos
Parâmetro	Nível	Descritor de desempenho	Pontuação
A Argumentação a favor de uma posição pessoal	3	Apresenta inequivocamente a posição defendida. Evidencia competências argumentativas: • apresenta, com clareza e correção, argumentos persuasivos, razões ponderosas ou exemplos adequados e plausíveis a favor da posição defendida, ou contra posições rivais da defendida; • articula adequadamente os argumentos, as razões ou os exemplos apresentados.	8
	2	Apresenta inequivocamente a posição defendida. Evidencia competências argumentativas: • apresenta, com imprecisões, argumentos persuasivos, razões ponderosas ou exemplos adequados e plausíveis a favor da posição defendida, ou contra posições rivais da defendida; • elenca os argumentos, as razões ou os exemplos, sem os articular adequadamente.	5
	1	Apresenta a posição defendida, ainda que de modo implícito. Evidencia uma intenção argumentativa, mas os argumentos ou as razões apresentados a favor da posição defendida, ou contra posições rivais da defendida, são fracos ou claramente falaciosos, ou os exemplos selecionados são inadequados.	2
B Adequação conceptual e teórica	2	Aplica corretamente conceitos relevantes para a discussão do problema. Mobiliza, de modo preciso, (uma) perspectiva(s) teórica(s) adequada(s) à discussão do problema.	4
	1	Aplica, com imprecisões, conceitos relevantes para a discussão do problema. Mobiliza, com imprecisões, (uma) perspectiva(s) teórica(s) adequada(s) à discussão do problema.	2
C Comunicação	2	Apresenta um discurso estruturado e fluente. Escreve de forma globalmente correta, podendo apresentar falhas pontuais que não comprometem a clareza da comunicação.	2
	1	Apresenta um discurso com falhas na estruturação ou pouco fluente. Escreve de forma globalmente correta, podendo apresentar falhas pontuais que não comprometem a clareza da comunicação.	1

Nota – A resposta é classificada com zero pontos no parâmetro C – Comunicação se não for atingido o nível 1 de desempenho em, pelo menos, um dos outros parâmetros.

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Formulação do problema do mal:

- Deus, sendo sumamente bom, onisciente e onipotente, não deseja o mal, saberia impedi-lo e poderia impedi-lo – assim, é preciso compreender por que razão Deus permite o mal (seja o mal moral seja o mal natural);

OU

- será possível compatibilizar a existência do mal (seja o mal moral seja o mal natural) com a existência de um criador sumamente bom, onisciente e onipotente?

Percurso A

Clarificação da resposta de Leibniz ao problema do mal:

- de acordo com Leibniz, para impedir o mal (moral), Deus teria de impedir o pecado;
- ora, para impedir o pecado, Deus não poderia ter concedido livre-arbítrio às pessoas;
- sem livre-arbítrio, as pessoas não pecariam, mas também não poderiam ser virtuosas;
- Deus, o criador, concedeu livre-arbítrio às pessoas, ou seja, concedeu-lhes o poder de escolherem entre fazer o bem e não o fazer.

Argumentação contra a resposta de Leibniz – cenários de resposta:

- Leibniz considera que, embora o mal moral seja uma consequência do livre-arbítrio, a existência de livre-arbítrio gera um «bem incomparavelmente maior» do que o mal resultante do pecado;
- porém, não é inconcebível um livre-arbítrio em cujo exercício o mal estivesse vedado e em que (em vez de haver liberdade de escolha entre fazer o bem e não o fazer) houvesse liberdade de escolha entre graus de bem (por exemplo, entre apenas encorajar um amigo ou, além de o encorajar, ajudá-lo) ou entre diferentes vias de realização do bem (por exemplo, doar dinheiro para obras de beneficência fazendo a transferência por telemóvel ou numa agência bancária);
- assim, Deus poderia ter criado seres com livre-arbítrio, mas que não pecassem;
- justificar a existência do mal moral com a existência de livre-arbítrio é uma solução débil, dado a segunda não ser uma condição suficiente da primeira (OU dado a primeira não ser uma condição necessária da segunda).

OU

- Leibniz alega que Deus permite o mal porque, sem permissão para o fazerem, os seres humanos não poderiam ter livre-arbítrio (ou seja, a permissão para fazer o mal é requerida pela concessão de livre-arbítrio);
- contudo, a tese de que os seres humanos têm livre-arbítrio é controversa e, deste modo, a solução de Leibniz para o problema do mal depende de uma solução para o problema do livre-arbítrio (OU Leibniz procura resolver um problema, mas acaba por levantar outro problema);
- além disso, mesmo que os seres humanos tenham livre-arbítrio, isso permitiria explicar o mal moral, mas não o mal natural (pois este decorre das operações da natureza, não podendo ser imputado às ações humanas);
- por conseguinte, quer os seres humanos tenham livre-arbítrio quer não o tenham (OU independentemente da resposta ao problema do livre-arbítrio), Leibniz não consegue dar uma explicação cabal do mal que se observa no mundo.

Percurso B

Clarificação da resposta de Leibniz ao problema do mal:

- (Leibniz, em resposta ao problema do mal, afirmou que) o mal gratuito não existe (por conseguinte, Leibniz dissolveu o problema);
- alguns acontecimentos parecem-nos ser males gratuitos (por exemplo, guerras, tráfico de seres humanos, atos terroristas, doenças que provocam um sofrimento atroz, pragas, terremotos, tornados, maremotos);
- contudo, de acordo com Leibniz, tal percepção decorre de um conhecimento incompleto do mundo, pois, se o conhecêssemos (completamente), compreenderíamos que o seu funcionamento seria pior, ou impossível, sem esses acontecimentos;
- este é, de acordo com Leibniz, o melhor dos mundos possíveis.

Argumentação contra a resposta de Leibniz – cenários de resposta:

- segundo Leibniz, as limitações da nossa inteligência não nos permitem compreender o mal como parte do bem OU que certos bens resultam de supostos males;
- ora, também é possível que o bem seja antes parte do mal OU que certos males resultem de supostos bens;
- por exemplo, os pais deleitam-se com o filho recém-nascido e, mais tarde, são informados de que o bebé tem uma doença que lhe provocará um sofrimento atroz e o fará morrer;
- é possível considerar que o bem do nascimento e do sentimento de deleite seja uma parte do mal infligido aos pais e ao bebé.

OU

- a perspetiva de Leibniz é fortemente contraintuitiva OU especulativa OU insensata OU implausível;
- é certo que alguns males parecem justificar-se e, nessa medida, não são gratuitos – por exemplo, a sensação de fome leva-nos a procurar alimento, e a sensação de dor leva-nos a proteger o corpo;
- contudo, também existem males para os quais não há justificação – por exemplo, a agonia que precede a morte de uma pessoa inocente;
- a estratégia argumentativa de Leibniz passa por nos propor que neguemos uma evidência – algum mal é gratuito – e acreditemos em algo absurdo – nenhum mal é gratuito.

Notas:

1. A resposta é classificada em igualdade de circunstâncias caso o atributo da onisciência não seja referido e apenas sejam referidos os atributos da onipotência e da suma bondade.
2. Caso a formulação do problema do mal e a clarificação da resposta de Leibniz não sejam feitas no início da resposta, tal desvio em relação à instrução do item, por si só, não compromete a qualidade do desempenho.
3. Os aspetos constantes dos cenários de resposta apresentados são apenas ilustrativos, não esgotando o espectro de respostas adequadas possíveis.

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas a cada um dos parâmetros seguintes.			
A – Problematização			3 pontos
B – Clarificação			4 pontos
C – Argumentação			5 pontos
D – Comunicação			2 pontos
Parâmetro	Nível	Descritor de desempenho	Pontuação
A Problematização	2	Formula, de modo completo e preciso, o problema do mal.	3
	1	Formula, de modo completo, mas com imprecisões OU de modo preciso, mas incompleto, o problema do mal.	2
B Clarificação	3	Clarifica, de modo completo e preciso, a resposta de Leibniz ao problema do mal.	4
	2	Clarifica, de modo completo, mas com imprecisões OU de modo preciso, mas incompleto, a resposta de Leibniz ao problema do mal.	3
	1	Refere corretamente aspetos da resposta de Leibniz ao problema do mal, sem a clarificar.	1
C Argumentação	2	Evidencia competências argumentativas: • apresenta, com clareza e correção, um argumento, razões ponderosas ou exemplos adequados e plausíveis contra a resposta de Leibniz ao problema do mal; • articula adequadamente o argumento, as razões ou os exemplos apresentados.	5
	1	Evidencia competências argumentativas: • apresenta, com imprecisões, um argumento, razões ponderosas ou exemplos adequados e plausíveis contra a resposta de Leibniz ao problema do mal; • refere o argumento, as razões ou os exemplos, sem os articular adequadamente.	3
D Comunicação	2	Apresenta um discurso estruturado e fluente. Escreve de forma globalmente correta, podendo apresentar falhas pontuais que não comprometem a clareza da comunicação.	2
	1	Apresenta um discurso com falhas na estruturação ou pouco fluente. Escreve de forma globalmente correta, podendo apresentar falhas pontuais que não comprometem a clareza da comunicação.	1

Nota – A resposta é classificada com zero pontos no parâmetro D – Comunicação se não for atingido o nível 1 de desempenho em, pelo menos, um dos outros parâmetros.

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Justificação da afirmação:

- segundo Mill, uma ação é boa, ou correta, se contribuir para aumentar o saldo global de bem-estar OU o bem-estar agregado OU a felicidade geral (e é má, ou incorreta, se levar à diminuição do saldo global de bem-estar OU do bem-estar agregado OU da felicidade geral);
- por conseguinte, na ponderação (moral) das suas ações, o agente não deve considerar apenas o seu próprio bem-estar OU apenas a sua própria felicidade (nem apenas o seu bem-estar e o das pessoas que lhe são próximas e a quem quer bem OU nem apenas a sua felicidade e a das pessoas que lhe são próximas e a quem quer bem);
- pelo contrário, exige-se que o agente (perante interesses diversos e, eventualmente, em conflito) atue como um espectador desinteressado e benevolente OU exige-se que o agente seja imparcial na consideração do seu bem-estar e do bem-estar das outras pessoas OU exige-se que o agente seja imparcial na consideração do seu bem-estar e do bem-estar das pessoas que, previsivelmente, serão afetadas pelas suas ações.

Nível	Descritor de desempenho	Pontuação
3	Justifica a afirmação de modo completo e preciso.	14
2	Justifica a afirmação de modo completo, mas com imprecisões OU de modo preciso, mas incompleto.	9
1	Justifica a afirmação de modo incompleto e com imprecisões.	4

A resposta integra os aspetos seguintes, ou outros igualmente relevantes.

Clarificação do problema:

- será que há juízos morais objetivos, ou será que todos os juízos morais dependem apenas de aspetos particulares, como os sentimentos do agente ou os costumes da sociedade em que foi educado, sendo, por isso, insuperáveis as divergências pessoais ou culturais?

Apresentação inequívoca da posição defendida.

Argumentação a favor da posição defendida – cenários de resposta:

No caso de o examinando defender que o argumento apresentado justifica a rejeição do objetivismo ético

- na ética, existem muitas divergências (em relação a assuntos como o aborto, a pena de morte ou a eutanásia), e tais divergências também existem entre os especialistas;
- na ciência, cuja objetividade é geralmente reconhecida, existem amplos consensos entre os especialistas;
- por vezes, há divergências entre os cientistas, mas existem meios de prova (tais como o cálculo matemático e a experimentação) que permitem dirimi-las;
- as divergências em ética, pelo contrário, são persistentes e parecem ser insuperáveis.

No caso de o examinando defender que o argumento apresentado não justifica a rejeição do objetivismo ético

- na ética, não existem apenas divergências – há assuntos em que se verifica um consenso alargado (tais como o carácter errado do assassinio de pessoas inocentes, do tráfico de seres humanos ou do abandono de crianças) e assuntos em que as divergências, embora ainda não tenham desaparecido, têm diminuído (tais como o sufrágio universal, a igualdade entre mulheres e homens ou o reconhecimento dos direitos das crianças);
- as maiores divergências verificam-se, sobretudo, nos assuntos que envolvem novidade ou mais complexos (tais como a permissibilidade moral da eutanásia voluntária, da interrupção voluntária da gravidez, da seleção de embriões ou da maternidade de substituição), em que valores considerados igualmente importantes entram em conflito;
- contudo, a existência de divergências não permite concluir que não haja uma verdade objetiva acerca de tais assuntos, mas apenas que esta ainda não foi conhecida (tal como acontece na ciência);
- assim, o facto de haver divergências e debates acerca de assuntos éticos, longe de indicar que não há verdades objetivas, antes indica que as pessoas que discordam estão a procurar conhecê-las.

Nota – Os aspetos constantes dos cenários de resposta apresentados são apenas ilustrativos, não esgotando o espectro de respostas adequadas possíveis.

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas a cada um dos parâmetros seguintes.			
A – Problematização			2 pontos
B – Argumentação a favor de uma posição pessoal			6 pontos
C – Adequação conceptual e teórica			4 pontos
D – Comunicação			2 pontos
Parâmetro	Nível	Descritor de desempenho	Pontuação
A Problematização	2	Clarifica adequadamente o problema filosófico proposto.	2
	1	Clarifica com imprecisões o problema filosófico proposto.	1
B Argumentação a favor de uma posição pessoal	3	Apresenta inequivocamente a posição defendida. Evidencia competências argumentativas: • apresenta, com clareza e correção, argumentos persuasivos, razões ponderosas ou exemplos adequados e plausíveis a favor da posição defendida, ou contra posições rivais da defendida; • articula adequadamente os argumentos, as razões ou os exemplos apresentados.	6
	2	Apresenta inequivocamente a posição defendida. Evidencia competências argumentativas: • apresenta, com imprecisões, argumentos persuasivos, razões ponderosas ou exemplos adequados e plausíveis a favor da posição defendida, ou contra posições rivais da defendida; • elenca os argumentos, as razões ou os exemplos, sem os articular adequadamente.	4
	1	Apresenta a posição defendida, ainda que de modo implícito. Evidencia uma intenção argumentativa, mas os argumentos ou as razões apresentados a favor da posição defendida, ou contra posições rivais da defendida, são fracos ou claramente falaciosos, ou os exemplos selecionados são inadequados.	2
C Adequação conceptual e teórica	2	Aplica corretamente conceitos relevantes para a discussão do problema. Mobiliza, de modo preciso, (uma) perspetiva(s) teórica(s) adequada(s) à discussão do problema.	4
	1	Aplica, com imprecisões, conceitos relevantes para a discussão do problema. Mobiliza, com imprecisões, (uma) perspetiva(s) teórica(s) adequada(s) à discussão do problema.	2
D Comunicação	2	Apresenta um discurso estruturado e fluente. Escreve de forma globalmente correta, podendo apresentar falhas pontuais que não comprometem a clareza da comunicação.	2
	1	Apresenta um discurso com falhas na estruturação ou pouco fluente. Escreve de forma globalmente correta, podendo apresentar falhas pontuais que não comprometem a clareza da comunicação.	1

Nota – A resposta é classificada com zero pontos no parâmetro D – Comunicação se não for atingido o nível 1 de desempenho em, pelo menos, um dos outros parâmetros.

COTAÇÕES

As pontuações obtidas nas respostas a estes 12 itens da prova contribuem obrigatoriamente para a classificação final.	1.	4.	5.	9.	11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	Subtotal
Cotação (em pontos)	11	11	11	11	14	14	14	14	14	14	14	14	156
Destes 6 itens, contribuem para a classificação final da prova os 4 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.	2.	3.	6.	7.	8.	10.	Subtotal						
Cotação (em pontos)	4 × 11 pontos												44
TOTAL													200